



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

#### REQUERIMENTO Nº DE 2013 (Do Sr. Vanderlei Macris)

Requer seja convocado o Senhor José Elito, Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), para prestar esclarecimentos acerca da matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, de 09/04/2013.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 58, § 2º da Constituição Federal, e art. 219, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a adoção de providências necessárias no sentido de que seja convocado a comparecer a esta Comissão em data e hora a serem agendados, o Senhor José Elito, Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), para prestar esclarecimentos acerca da matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo, datada e 09/04/2013.

#### JUSTIFICAÇÃO

O jornal O Estado de São Paulo publicou, em sua edição de 09 de abril de 2013, reportagem sob o título: “**Documento confirmam ação da ABIN nos portos.**” Diz a notícia:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Ofício determina vigilância de sindicatos e desmente ministro, que classificou informação como "mentirosa"*

*O Estado de S. Paulo – 09/04/2013*

*A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) montou operação para monitorar sindicatos contrários à Medida Provisória 595, conhecida como MP dos Portos, em 15 Estados litorâneos, informa Alana Rizzo. Documento de 13 de março mostra os objetivos da ação: informar a disposição dos portuários em promover greve e apontar eventual apoio de outras categorias. O ofício desmente o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI), José Elito. Ele classificou de mentirosa reportagem publicada pelo Estado no dia 4 que mostrou a existência de monitoramento no Porto de Suape (PE). O principal alvo da operação são sindicalistas ligados à Força Sindical. A central se uniu às críticas feitas pelo governador de Pernambuco e possível candidato à Presidência, Eduardo Campos, contra a MP. Campos não comentou. O presidente da Força, Paulo Pereira da Silva (PDT- SP), criticou a ação.*

**Documento da Abin desmente ministro e confirma a vigilância de sindicalistas - Mana Rizzo /Brasília**

Documento sigiloso obtido pelo Estado confirma que o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência (GSI) mobilizou a Agência Brasileira de inteligência (Abin) para monitorar portuários e sindicatos contrários à Medida Provisória 595, conhecida como MP dos Portos. O ofício desmente o general José Elito, ministro-chefe do GSI, que na semana passada chamou de "mentirosa" reportagem do Estado que revelava a ação da Abin no porto de Suape (PE).

Identificado como "Ordem de Missão 022/82105", de 13 de março de 2013, o ofício encaminhado a superintendências da Abin em 15 estados litorâneos traz em destaque o alvo dos agentes: "Mobilização de Portuários". O GSI confirma a autenticidade do documento (leia ao lado).

A "missão" da Abin, informa o documento, é identificar ações grevistas como reação à medida provisória que altera o funcionamento dos portos. O alvo central são sindicalistas ligados à Força Sindical. A central sindical se uniu às críticas feitas



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

pelo governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), contra a MP dos Portos, Campos é possível candidato à Presidência em 2014.

Reportagem do Estado mostrou na última quinta-feira que a Abin vigia os passos dos portuários de Suape, em Pernambuco. Na ocasião, o general Elito, após reunião com a presidente Dilma Rousseff, divulgou nota dizendo ser "mentirosa a afirmação de que o GSI/ABIN tenha montado qualquer operação para monitorar o movimento sindical no Porto de Suape ou em qualquer outra instituição do País".

A ordem contida no ofício 022/82105, porém, é clara sobre o monitoramento de sindicatos que atuam em portos. "Dirigentes sindicais ligados à Força Sindical pretendem promover paralisação nacional de 24 horas no dia 19 mar. 2013", alerta o documento sigiloso. Em outro trecho, cita a Federação Nacional dos Portuários e a Central Única dos Trabalhadores (CUT): "Portuários filiados a essas entidades devem começar a se reunir em assembleias a partir de 15 mar. 2013 para definir os rumos da mobilização - ações paredistas não podem ser descartadas".

Câmera israelense. Pouco antes de deflagrada a Ordem de Missão, em 13 de março, uma equipe formada por agentes de Brasília percorreu os Estados alvo para uma ação de vigilância prévia que incluiu, pela primeira vez, a utilização de um equipamento de filmagem israelense que permite a transmissão, em tempo real e em alta resolução, de imagens captadas nos portos.

No bunker montado em Brasília para a análise da movimentação dos portuários e associações da categoria, os agentes, nos dias que antecederam à data considerada como de provável paralisação, foram colocados em plantão permanente, distribuídos em quatro turnos de seis horas (19hs-01h; 01h-07h; 07h-13hs e 13hs-19hs).

A estrutura utilizada para mapear a ação dos portuários e sindicatos foi semelhante, em tamanho,, utilização de recursos humanos e até mesmo na montagem de uma sala especial para os analistas envolvidos na operação, à montada para a Rio + 20.

Além das equipes mobilizadas nas superintendências para a espionagem de campo, oficiais lotados em outros Estados foram deslocados para Brasília e incorporados à força-tarefa de espionagem sindical. Todos os reforços foram



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

alojados na Escola de Inteligência (Esint), localizada dentro da própria Abin, no Setor Policial Sul, na capital.

Suape. Nas superintendências, conforme o Estado apurou, a Ordem de Missão expedida pela direção da Abin, comandada pelo analista Wilson Trezza, foi desdobrada em novas missões, algumas mais intensas, com infiltrados, como a desencadeada em Suape. O porto pernambucano foi considerado um epicentro pela capacidade de movimentação de cargas e potencial de irradiação da greve a outros Estados.

Nove dias antes de desencadeada a operação nacional pela Abin, o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT-SP), reuniu-se com portuários e com o governador Eduardo Campos, quando a paralisação foi discutida. Antes, apesar de invasões de navios em Santos e do bloqueio, em 22 de fevereiro, de 16 navios em Paranaguá (PR), nenhuma ação, conforme revelou o Estado, fora desencadeada.

Dirigentes da Força Sindical reagiram à ação da Abin. Ontem, em evento da central em São Paulo do qual Eduardo Campos foi convidado a comparecer, o tema Abin voltou à tona (mais informações abaixo).

"Militarização". O aparato utilizado e o objetivo da missão provocou tensão dentro do próprio governo, entre os órgãos que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Acionada, a Diretoria de Inteligência da Polícia Federal se recusou a participar da operação.

A característica da missão e a prioridade dada à movimentação dos sindicatos e portuários é sintoma, segundo agentes ouvidos reservadamente pela reportagem, da "militarização" da ABIN, sob o comando hierárquico do general Elito.

Boa parte das superintendências é hoje chefiada por R-2, como no jargão interno os oficiais de inteligência identificam os militares com passagem pelos serviços de informação das Forças Armadas e que foram incorporados à ABIN.

Essa estrutura de comando dá prioridade a uma "pauta ideológica", segundo oficiais de inteligência ouvidos pelo Estado, com foco no acompanhamento de movimentos sindicais e sociais.

**Documento recebe selo para driblar lei**



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

O documento obtido pelo Estado leva o carimbo "sigiloso", o que exclui o texto da Lei de Acesso à Informação. A lei estabeleceu que documentos só podem ser classificados como "ultrassecretos", "secretos" ou "reservados", e estabelece os prazos de 15, 10 e cinco anos, respectivamente, para sua liberação. Classificado como "sigiloso", o ofício deixa de se enquadrar aos prazos e fica imune à lei. Assim, se um cidadão pedir acesso a documentos da Abin por meio das classificações oficiais, esse ofício nunca vai aparecer.

As recomendações estão claramente compreendidas no âmbito da atuação fiscalizadora desta Casa de Leis e desta Comissão. A Constituição Federal, em seu art. 49, inciso X, prevê a competência do Congresso Nacional para “fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta”.

No mesmo sentido, o art. 70 da Constituição Federal determina que “a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder”

O comparecimento do Ministro convocado para prestar informações sobre as recomendações é fundamental para que possamos exercer tal mister constitucional e esclarecer à comunidade científica e sociedade sobre a ameaça de extrapolar os parâmetros legais constitucionais e legais instituídos.

Sala das Sessões,

de 2013.

**Vanderlei Macris**  
**PSDB – SP**